



# Discurso & Sociedad

Copyright © 2020  
ISSN 1887-4606  
Vol. 14(4) 823-844  
[www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)

---

*Artículo*

---

## **A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres**

*The agentivity in the headlines about violence  
against men against women*

*Micheline Mattedi Tomazi.*  
Universidade Federal do Espírito Santo

## Resumo

*Partindo do pressuposto de que as manchetes expressam as informações mais relevantes sobre os acontecimentos que envolvem mulheres em situação de violência e, por conseguinte, podem influenciar o processo de compreensão de seus leitores, objetivamos investigar quais papéis semânticos (agente ou paciente) os atores sociais (mulher e agressor) assumem nas manchetes e quais implicações as estruturas das manchetes têm para a problemática da violência de homens contra as mulheres. Tomamos o aporte teórico-metodológico da abordagem discursiva sociocognitiva, de van Dijk (1987, 1990, 1991, 2012, 2016, 2017), sobre o estudo das notícias na imprensa e dialogamos com pesquisadores que tratam da agentividade para a construção do quadro teórico. O corpus da análise é constituído de manchetes que reportam violência doméstica de homens contra mulheres publicadas em dois jornais do Espírito Santo. Os resultados demonstram que, ao estruturarem as manchetes, os jornais não se preocupam com a problemática que envolve o tema da violência como um problema social, além de apresentarem visões estereotipadas ao invés de construírem uma conscientização para o combate e a erradicação da violência contra mulheres.*

**Palavras-chave:** abordagem sociocognitiva do discurso, manchetes, violência contra a mulher, agentividade.

## Abstract

*Understanding that the headlines express the most relevant information about the events that refer to women in situations of violence and the headlines can influence your readers' understanding, the purpose of this article is to investigate which semantic roles (agent or patient) the social actors (woman and aggressor) have in headlines and how headline structures influence understanding of the issue of violence against women. The study is based on the theoretical-methodological contribution of the sociocognitive discursive approach by van Dijk (1987, 1990, 1991, 2012, 2016, 2017) about the study of news in the press, as well as researchers dealing with agentivity. The analysis corpus is made up of headlines reporting domestic violence of men against women published in two newspapers in Espírito Santo. The results demonstrate that newspapers do not represent the violence as a social problem when structuring the headlines, besides to presenting stereotyped visions nstead of promoting awareness to combat and eradicate of violence against women.*

**Keywords:** sociocognitive discursive approach, headlines, violence against women, gentivity.

## Introdução

A violência contra mulheres tem despertado o interesse no debate público da sociedade brasileira e chamado a atenção para o crescimento na taxa de homicídios de mulheres. Em 2019, o Atlas da Violência (Ipea, 2019) informou os dados da violência contra as mulheres na década de 2007 a 2017, alertando para uma evolução de 13 assassinatos por dia em 2017, com um aumento de 30,7% no número de homicídios de mulheres no Brasil. Ao todo, só em 2017, 4936 homens assassinaram mulheres, indicando o maior número registrado desde 2007.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) coloca o Brasil no quinto lugar dos países que matam mulheres no contexto doméstico e familiar, alocando-o entre os países com uma das piores cifras de vítimas no contexto mundial. Esse crescente índice, mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), em 2006, e da Lei do Feminicídio (Lei 13.104), em 2015, reflete a importância do tema para uma mudança de mentalidade social e de cultura dos homens, além de justificar uma pesquisa sobre as escolhas jornalísticas na produção rotineira de notícias envolvendo mulheres em situação de violência. Trata-se, pois, de se refletir sobre uma situação que precisa ser encarada com seriedade em todos os âmbitos de uma sociedade comprometida com o fim da violência de gênero, com o fim da aceitação dessa violência e dos preconceitos cujas raízes são históricas (Saffioti, 2015; Nader, 2016).

Contrariando essa busca de evolução social, no Mapa da Violência de 2012, o estado do Espírito Santo foi considerado campeão no número de homicídios femininos, quando as taxas indicavam 9,4 homicídios a cada 100 mil mulheres (Waiselfisz, 2012). Embora os índices, após a promulgação da Lei Maria da Penha, tenham diminuído no estado, com taxa de 10,5% a cada 100 mil habitantes mulheres em 2006, para 9,3% em 2013 e 8,6% para cada 100 mil mulheres, em 2015, o assassinato de mulheres por seus parceiros íntimos ainda é grande na região, com taxa de 7,5% para cada 100 mil mulheres, sendo, portanto, inegável a necessidade de pesquisas científicas nesse tema (Ipea, 2019).

Do contexto histórico, social e cultural de luta contra qualquer tipo de violência de homens contra mulheres é que surge a preocupação com os meios de comunicação e com a imprensa jornalística, especialmente, uma vez que é ela quem define o significado dos acontecimentos de sua *agenda-setting*<sup>1</sup>, escolhendo quais temas são importantes para serem debatidos e falados pelo público.

O Estado do Espírito Santo possui dois jornais, A Gazeta (AG) e A Tribuna (AT), representativos, em termos de tiragem, e mais conhecidos da população capixaba, podendo ser considerados os *media* noticiosos que reproduzem simbolicamente a estrutura de poder na sociedade (Traquina, 2016). São, portanto, esses dois veículos informativos definidores do que será noticiado. De acordo com Hall *et all.* (2016), os acontecimentos são delineados pelos *media* em enquadramentos de significado e de interpretação. Esses acontecimentos são interpretados dentro de enquadramentos que derivam em parte da noção de consenso, ou pontos de vista consensuais da sociedade, ou seja, a construção midiática sobre um fato é capaz de criar uma realidade a partir de interesses de grupos e instituições dominantes. Portanto, se a notícia pertence a uma lógica mercadológica, se ela é construída para uma sociedade com valores tradicionais machista, patriarcal, racista, heterossexual e homofóbica, os temas igualdade de gênero, antirracismo, imigrantes, entre outros, não serão temas escolhidos pela mídia jornalística e, quando forem, serão transmitidos de forma a manipular a opinião pública sobre o ponto de vista que a elite simbólica quer defender.

Segundo Sanematsu (2011), as notícias jornalísticas podem estimular a discussão sobre o tema e até mudar as crenças que as pessoas têm sobre esse tipo de crime. Apesar de os meios de comunicação estarem progredindo ao se dedicarem ao assunto da violência<sup>1</sup> de homens contra mulheres, já que por muito tempo esses acontecimentos, antes restritos ao domicílios e privados, passaram a ocupar as páginas dos jornais, é preciso investigar a maneira como as notícias têm focado o assunto, quais escolhas têm feito, a quais pontos têm dado ênfase e como têm construído a questão da agentividade nas manchetes<sup>2</sup>.

Para esta análise, utilizamos o aporte teórico-metodológico da abordagem de van Dijk (1987, 1990, 1991, 2012, 2016, 2017) em diálogo com pesquisas sobre agentividade de Givón (1990, 2012), Castilho (2010), Mira Mateus *et all.* (2003), Trougott e Trousdali (2013), entre outros. Utilizamos um *corpus* de 458 manchetes jornalísticas publicadas nos dois jornais durante o ano de 2013<sup>3</sup> e aplicamos uma análise quantitativa e quali-interpretativa sobre agentividade. Vale ressaltar que a escolha do ano de 2013 não foi aleatória, já que nesse período, o estado do Espírito Santo estava em primeiro lugar no *ranking* de violência contra mulheres por seus parceiros íntimos. No entanto, isso não

significa que grandes mudanças foram feitas pelos jornais na construção das manchetes sobre violências de homens contra mulheres no Espírito Santo<sup>4</sup>.

Para o desenvolvimento deste artigo, apresentamos, além dessas considerações iniciais, uma discussão sobre as manchetes a partir da percepção de que as escolhas discursivas para sua construção constituem parte do estilo sintático dos modelos de contexto, além de questões relativas à agentividade dos atores sociais; na próxima seção, trazemos a análise das manchetes, seguida das considerações finais.

### **Agentividade dos atores sociais nas manchetes**

A sintaxe, na proposta de van Dijk (2012, p. 228), é definida como uma propriedade do discurso que permite identificar condicionamentos contextuais no estilo das manchetes. Estilo sintático é definido como propriedade do discurso que, embora tenha bases sociais ou contextuais, possui relação direta com a estrutura gramatical ou discursiva, sendo, portanto, uma propriedade textual-discursiva.

As diversas variantes sintáticas têm uma pluralidade de significados ou de funções e precisam ser explicadas em termos semânticos, pragmáticos e discursivos. Van Dijk (1991), em sua pesquisa sobre minorias étnicas na imprensa, destacou a importância da agentividade dos atores sociais, mostrando como as ações e os papéis atribuídos a eles têm implicações ideológicas. Para ele, as minorias sociais tendem a ocupar posições de destaque na mídia quando são protagonistas de ações negativas, sendo esses atores descritos como passivos de ações positivas ou neutras, enquanto outros representantes das elites simbólicas são descritos a partir de um lugar de receptores das ações praticadas por outros, no caso, as minorias.

É dessa maneira que os estereótipos<sup>5</sup> são construídos e reproduzidos nas manchetes. Van Dijk (2012) cita o uso das sentenças passivas e ativas ou as nominalizações que permitem diferentes perspectivas de um determinado evento. Assim, “a responsabilidade dos homens por sua violência contra as mulheres pode ser minimizada pelo uso da voz passiva tanto na mídia como nos autos dos tribunais ou outros discursos jurídicos” (van Dijk, 2012, p. 230). O autor também esclarece que a agentividade é importante na análise das

manchetes, sobretudo porque as orações não precisam, necessariamente, apresentar uma estrutura sintática passiva prototípica, já que nelas os atores sociais podem vir apassivizados semanticamente ou mesmo apagados.

Importante frisar que, para van Dijk (1987), a noção de tópico ou macroproposição compreende o resumo do tema ou do assunto sobre o que se fala na manchete. Embora se possa pensar que o tópico apareça na manchete, nem sempre a informação central ou mais importante da notícia, sua macroestrutura semântica, estará presente ali, já que uma informação pode ser comunicada de forma diferente a depender dos interesses dos grupos dominantes.

A partir do tópico escolhido para receber destaque na manchete, uma ou outra informação é reproduzida como a mais importante. Discursivamente, essa estratégia de construção de macroproposições ou tópicos nas manchetes é extremamente relevante porque pode reforçar crenças negativas sobre determinados grupos. Se pensarmos que existem dois grupos envolvidos nos acontecimentos de violência doméstica, o grupo de homens agressores e o grupo de mulheres agredidas, se considerarmos que as relações de poder são desiguais entre esses grupos desde os primórdios da humanidade, se o homem agressor é o protagonista principal de uma história noticiada sobre suas ações agressivas, faz todo sentido esperar que ele (ou outras expressões ou conceitos co-referenciais, inclusive o nome próprio) apareça como tópico de uma manchete, ou seja, na posição inicial. Da mesma forma, é possível pressupor que a mulher agredida apareça no “comentário<sup>6</sup>” da manchete.

O crime de agressão contra mulheres, quando noticiado, pode ser realçado ou secundarizado em termos de informações. Entretanto, essa representação de lugares dos atores sociais é uma tendência genérica, já que atores secundários podem ser representados “a agir”, podendo aparecer em tópicos proposicionais do eixo (tópico/comentário). Para van Dijk (2017), os “enquadramentos ideológicos” são responsáveis pela construção das frases e proposições, bem como do lugar de tópico/comentário, sendo capazes de definir a sua importância, responsabilidade e atribuição. O controle ideológico é exercido “por meio de atitudes, definidas como sendo representações sociais e respectivas instanciações de modelos mentais episódicos relativos a acontecimentos e contextos” (van Dijk, 2017, p. 184). Nesse sentido, damos ênfase na visão discursiva das manchetes, já que realçar ou secundarizar

informações sobre crimes de homens contra mulheres pode revelar muito sobre o sistema de crenças compartilhadas pelos grupos.

Nessa perspectiva, o estudo de Clark (1992) sobre o jornal britânico *Sun* mostrou “como a representação da violência contra as mulheres pode ser minimizada por expressões passivas e nominalizações nas manchetes – das quais os criminosos masculinos estão notoriamente ausentes” (van Dijk, 2012, p. 230). Já Henley, Miller e Beazley (1995), ao desenvolverem um estudo experimental com os leitores sobre esse tipo de uso discursivo nos jornais, demonstraram que o público atribui menos agentividade à violência praticada pelos homens, quando o relato ofusca sua ação pelo uso da voz passiva. Isso significa que a escolha de um estilo sintático em uma manchete de relato sobre violência de homens contra mulheres contribui para reforçar crenças machistas, patriarcais e preconceituosas contra mulheres.

Assim, as diferenças sintático-semânticas do discurso, quando combinadas, têm implicações sociais ou políticas e isso “é relevante para uma análise crítica do contexto se, por exemplo, os homens usam orações passivas sem agente para negar ou minimizar seu próprio envolvimento ativo na violência ou na discriminação contra mulheres” (van Dijk, 2012, p.230).

O modelo de contexto controla o processo de produção e de compreensão, exercendo controle sobre o conhecimento geral e sobre as informações presentes nos modelos de eventos (experiências, notícias) relevantes para o conteúdo do discurso e, portanto, das manchetes. Enquanto os modelos de eventos (situações, acontecimentos) são dados a partir da escolha daquilo que é dito, os modelos de contextos controlam como as coisas são ditas (van Dijk, 2012, p. 147).

Portanto, a escrita das manchetes é controlada pelos modelos de contexto e o que será julgado mais importante para a notícia ou mais relevante virá em primeiro lugar. Por isso, ativar os principais tópicos (macroproposições) do modelo de evento, o conhecimento profissional sobre como se redigem manchetes, o conhecimento sobre a orientação ideológica do jornal e as informações prévias que os leitores possuem sobre o acontecimento será uma escolha que passa pelo viés ideológico, pela relevância da informação, pela sintaxe da manchete e pelo estilo e léxico do jornal (van Dijk, 2012, p. 151).

Nesse sentido, alguns recortes teóricos precisam ser definidos. Para este artigo, a voz é considerada a partir de “uma diversidade de valores semântico-oracionais e pragmático-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais” (Camacho, 2000, p. 215). Essa definição é

importante porque dialoga com o fenômeno da voz numa interface que envolve a sintaxe, a semântica e a pragmática, como propôs Dik (1997)<sup>7</sup>.

Neves (2006) reforça a necessidade de se abordar as relações entre as estruturas linguísticas e o seu contexto de realização, uma vez que a expressão linguística “é função da intenção do falante, isto é, de um plano mental concernente à modificação particular que o falante quer provocar na informação pragmática do destinatário, o que vai determinar as escolhas para a formulação linguística” (Neves, 2006, p. 33).

Para Traugott e Trousdale (2013), cuja proposta teórica acolhe os pressupostos da Gramática de Construções Baseada no Uso, o contexto pode ser concebido, de maneira mais ampla, como a associação de todas as propriedades relevantes para a construção do significado, o que inclui tanto propriedades estritamente linguísticas quanto ligadas ao contexto de uso imediato ou aos conhecimentos de mundo dos falantes. Nessa perspectiva, a língua pode ser concebida como um inventário estruturado de construções (uma rede), sendo unidades simbólicas que associam uma forma específica a um significado específico (significado aqui inclui também pragmática e funções textuais-discursivas). Nessa rede linguística, a construção passiva é um nó diferente da construção ativa e ambas não se relacionam transformacionalmente (como propuseram vários modelos gerativos), já que a relação entre ativas e passivas vai muito além do nível sintático, envolvendo aspectos como frequência e contextos de uso<sup>8</sup>.

Essa perspectiva construcionista baseada no uso é importante para se entender que os principais problemas no tratamento empreendido pelos gramáticos à questão da agentividade estão (i) no excessivo no foco às correspondências morfossintáticas de pares de sentenças prototipicamente ativas e passivas, como se a expressão das diferentes vozes fosse apenas uma questão de sintaxe; (ii) na pouca importância que o tratamento tradicional atribui aos componentes pragmático e discursivo (fala-se apenas de uma suposta correspondência semântica, que muitas vezes nem se sustenta, de fato!). Entendemos que ativas e passivas envolvem representações diferentes da realidade e, por isso mesmo, são empregadas em contextos distintos e apresentam diferentes índices de frequência.

Com base em um estudo desenvolvido por Blasco (1987), Castilho (2010) conclui que não é o caso de derivar a voz passiva da voz ativa. Usamos a voz



passiva por outras motivações, encontradas no discurso, não na sentença. Ao desenvolver seu discurso, o locutor acumula diversas representações, e a voz passiva aparece quando se quer ressaltar o resultado de uma ação anterior (...) (Castilho, 2010, p. 437).

Há, ainda, na análise da agentividade, orações que não precisam ter a estrutura sintática passiva prototípica para serem assim consideradas, cujo conceito recai sobre a passivização, assim definido, passivização é o processo pelo qual um não agente é promovido ao papel de tópico principal da oração. E, na medida em que a língua possui propriedades codificadoras que identificam os principais tópicos como sujeitos e os distinguem de tópicos, então essa promoção pode envolver também sujeitização (Givón, 2012, p. 245).

Bechara (2009) nos parece apresentar um conceito de passividade compatível com o conceito de passivização de Givón, esclarecendo que É preciso não confundir voz passiva e *passividade*. Voz é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação [...]. *Passividade* é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela voz ativa, se o verbo tiver sentido passivo [exemplo do autor: *Os criminosos receberam merecido castigo*]. Portanto, nem sempre a passividade corresponde à voz passiva (Bechara, 2009, p. 222 – grifos do autor).

### **Tratamento do *corpus* e análise das manchetes**

O *corpus* deste artigo corresponde a 458 manchetes de notícias jornalísticas publicadas nos jornais A Gazeta (AG), 178 notícias, e A Tribuna (AT), 280 notícias, em 2013. Vale ressaltar que o espaço temporal (2013-2020) em nada prejudicou nossa análise, já que estudos mais recentes desenvolvidos pelo Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (Demoner, 2017; Tomazi, 2019; Tomazi, Rocha e Ortega, 2016) demonstram que essas construções ainda permanecem presentes no cotidiano das notícias sobre violências de homens contra mulheres.

A metodologia utilizada encontra respaldo nos pressupostos teórico-metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso com o método de análise qualitativa e interpretativa. As notícias foram coletadas no acervo, *in locu*, das instituições dos dois jornais e salvas em pdf a partir da busca por palavras-chave (violência contra mulher, assassinato de mulheres, violência de gênero, agressão física). Todas as notícias do jornal AT aparecem no caderno “Polícia”, enquanto as notícias do jornal AG aparecem no caderno “Cidades”. Fez-se uma

tabela da coleta separando as notícias por manchetes e nomes dos jornais. Em seguida, classificamos apenas os títulos, separando estruturas em grupos de agentividade: manchetes em voz ativa, manchetes em voz passiva (prototípica, sem agente, adjetiva, com instrumento). Incluímos as manchetes aspeadas em discurso direto reportando a fala de alguma fonte (mulher, homem, terceiros) junto às manchetes em voz ativa.

Ao tratar do quantitativo das manchetes, consideramos 66% de manchetes com a agentividade dos atores sociais em voz ativa e vozes citadas (do agressor, da vítima, de terceiros) e 34% das manchetes com a agentividade de atores sociais por uso de construções com estrutura passiva ou passivização.

A agentividade em relação ao homem agressor aparece de diferentes maneiras. Se a voz ativa pressupõe um sujeito agente, em manchetes como “Pedreiro esfaqueia mulher” (AG), temos a indicação do sujeito agente por sua profissão, o que nos diz pouco sobre o homem agressor, acompanhado do verbo “esfaquear”, cujo processo é dinâmico e exige um complemento com nome animado, “mulher”.

As funções semânticas de sujeito e paciente indicam que o fluxo de atenção foi dado na ordem sequencial do acontecimento: ele é agente e controlador do evento sofrido pela mulher que teve o corpo esfaqueado. Essas estruturas são recorrentes nos títulos: “Vigilante agride atendente” (AG), “Traficante espanca a mulher” (AG), “Policial aposentado dá coronhada na mulher” (AG), “Pintor agride mulher” (AG). São construções que, embora coloquem o homem agressor como agente, a agressão em si aponta para um sujeito generalizado pela profissão ou atividade ilícita (traficante), indicando uma categorização desses agressores e uma ênfase na crueldade da agressão contra as mulheres que figuram como receptoras desse ato de crueldade.

Algumas manchetes trazem a voz da mulher agredida: “Eu não sinto ódio, sinto pena” (AG), “Já perdoei o que ele fez comigo” (AT), enfatizando uma ação de empatia da mulher pelo seu agressor. “Sentir pena” e “perdoar” em manchetes que dão voz à mulher que sofreu a agressão remetem a uma construção de aceitação da violência física por parte dela. Há, também, manchetes que destacam como informação principal a voz do homem agressor, enfatizando as ameaças que foram realizadas antes de a agressão virar notícia. Essas construções colocam o agressor como foco e destacam outro tipo de violência, que é a psicológica, pois essas construções reproduzem as ameaças dos homens agressores antes de praticarem a ação que virou notícia, colocando a mulher agredida em uma situação sub-humana: “Vou matar você como eu matei as galinhas” (AT) .

---

Casos de verbos de elocução nas manchetes colocam em evidência não só a voz do outro, mas um reforço do não comprometimento do jornal e mesmo do crime passionais. Em “Vendedora que caiu do 2º andar diz que tentou fugir do noivo<sup>9</sup>” (AG), a fala é da mulher, mas sua versão sobre o fato é colocada em discurso indireto “diz que”, ou seja, o jornal não se compromete com a informação de que a mulher estava sofrendo uma agressão e caiu quando tentava se desvencilhar das agressões do noivo. Já em “Jovem sofria ameaças, afirma família” (AG), o jornal também não se compromete com a informação dada, dando ênfase ao que uma fonte familiar disse. Já em “Marido diz que matou mulher porque foi traído” (AG), embora tenhamos as duas primeiras orações na voz ativa (Marido diz que matou mulher), a segunda parte, apresenta a motivação na voz passiva. Nesse caso, defendemos a ideia de que há uma associação de diferentes construções de voz para composição de uma única frase. O uso da voz passiva (porque foi traído) só ocorre depois que o marido foi devidamente apresentado na frase anterior, que está na voz ativa, portanto, não é possível atribuir uma única voz à sentença complexa inteira, mas, considerando as informações de base contextuais sobre mulheres em situação de violência, o que é enfatizado é de causa, ou seja, a traição foi o fator motivador que levou a morte da mulher. A voz do marido, em discurso indireto, reforça o estereótipo machista de honra e de ocorrência de um crime passionais.

Um dos casos mais problemáticos em termos de agentividade encontrado no *corpus* está na topicalização da motivação do homem para cometer a agressão. Essa motivação age discursivamente para justificar/explicar a ação agressora: “Por ciúme, vendedor atira na casa da ex” (AG), “Com ciúmes de médico, marido agride mulher” (AG) e “Após discussão, gesseiro passa o carro em cima da namorada” (AG). Nessas manchetes, o homem aparece como sujeito de uma agressão “justificada”, que minimiza a ação agressora por dois fatores motivacionais: por ciúmes que o homem tem da mulher (como se ciúme pudesse justificar a agressão física que ele cometeu) e por estar fora de seu estado normal, já que a discussão foi gatilho para a agressão. Nos dois casos exemplificados na construção da agentividade nas manchetes, a mulher é culpabilizada, seja por provocar o ciúme, seja por provocar a discussão com o homem que a agrediu.

Em outras manchetes não é possível identificar claramente os agentes envolvidos no caso noticiado, mas é claramente topicalizada a motivação: “Briga por ciúmes termina em morte” (AT), as informações são vazias em

termos de agentividade e há claramente um apagamento que só será esclarecido na leitura da notícia que, mais uma vez, torna pública a violência do homem contra a mulher, apontando que a motivação foi o ciúme.

O uso da explicação ou justificativa aparece também no fim do título das manchetes em estruturas como “Garrafada na cabeça após visitar namorado” (AT), “Lavrador mata adolescente de 13 anos por causa da ex-mulher” (AG), “Segurança bate na esposa usuária de drogas” (AG), “Marido agride cabeleireira após ler mensagem” (AG), “Embalador bate na mulher por causa de beijo” (AG), “Jovem agride namorada por causa de *Facebook*” (AT), “Marido bate na mulher por causa da sogra” (AT), “Marido bate em mulher grávida por ciúmes” (AT), “Marido espanca mulher após terapia de casal” (AT), “Marido tenta explodir a casa por ciúme” (AT) “Norueguês bate em mulher por causa de *megahair*” (AT). Há uma preferência nas funções estruturais dessas manchetes que enfatizam modelos patriarcais, trazendo um comportamento da mulher e, conseqüentemente, seu “castigo”, por não cumprir com seu lugar social ou suas “tarefas” no matrimônio, como em “Ameaça após negar sexo” (AT).

Há, ainda, casos de manchetes com indicação de lugar, de instrumento, de modo, de causa: “Marido joga mulher da escada de casa” (AG), “Marido espanca mulher na frente do filho de 12 anos” (AG), “Marido tenta estuprar mulher com garrafa” (AG), “Ex-marido queima casa com mulher e filho” (AG), “Pedreiro espanca ex-mulher com capacete” (AG), “Armado com faca, vigilante faz namorada refém por uma hora” (AG), “Marido bate na mulher com muletas” (AT). Nessas manchetes, embora em termos de agentividade, o agressor seja topicalizado no início da oração, a informação dada é relacionada a fatores que levaram à agressão, que instrumento utilizado pelo agressor e o modo como aconteceu. São, portanto, informações que não deveriam ser relevantes para compor a parte mais importante da notícia, que é a manchete.

Para a análise da agentividade nessas construções, utilizamos a proposta de passiva adjetiva de Mira Mateus et all. (2003) e o critério de classificação dos tipos de voz passiva elaborado na pesquisa de Tomazi; Rocha e Ortega (Cf. 2016, p. 61).

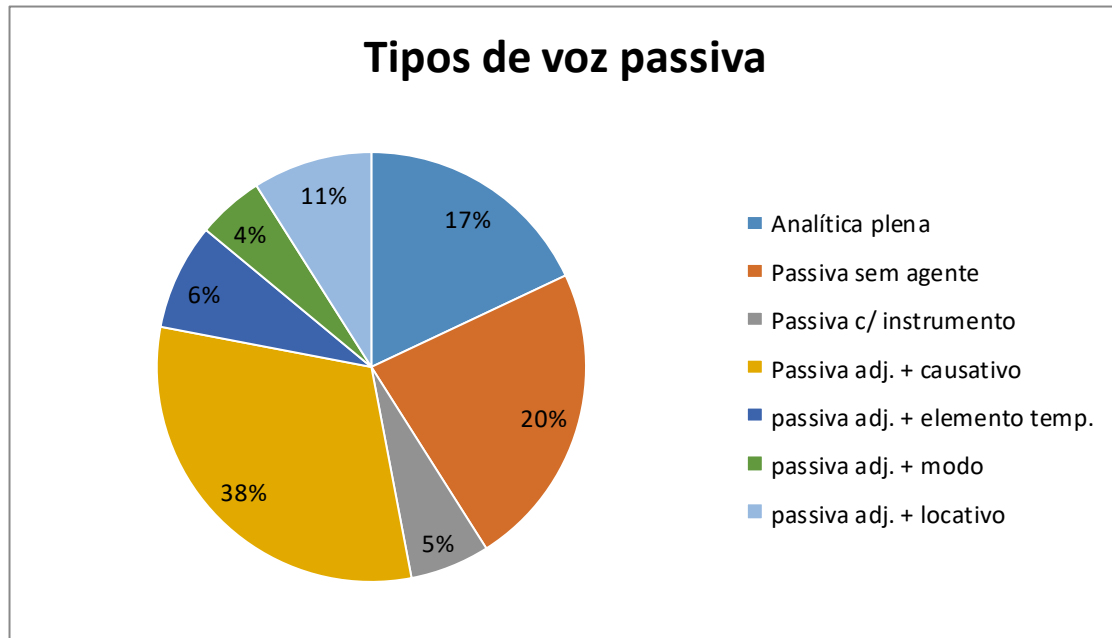


Gráfico 1: Quantificação das manchetes na voz passiva.

Segundo Tomazi; Rocha e Ortega (2016, p. 60), “a opção pela estrutura de passiva, em vez de ativa, muda a perspectiva da cena da agressão, uma vez que o jornal parece assumir como mais natural colocar em foco o ponto de vista do paciente”.

Quanto ao uso da passiva analítica plena (S (paciente) + [auxiliar + particípio] + agente da passiva), tivemos 17% de ocorrência no *corpus*. Sendo, pois, uma construção sintática em que um objeto direto passa a ocupar a função de sujeito e o agente é transferido para uma posição sintática opcional, um constituinte nucleado por uma preposição, no fim da sentença: “Vendedora é agredida pelo marido na Serra” (AG), “Grávida de 5 meses é espancada pelo marido” (AG), “Adolescente é baleada pelo ex-namorado” (AG), “Professora é estuprada pelo ex-marido” (AT), “Enfermeira é assassinada pelo marido” (AT). Nessas manchetes, a mulher é colocada na posição de receptora da ação agressora do homem, que é colocado na posição paciente.

Nessas construções em voz passiva, a mulher, vítima da agressão e de violência doméstica, recebe lugar do sujeito que sofreu a ação expressa pelo verbo auxiliar (ser) + particípio de verbo transitivo que marca a voz passiva e apresenta o agente da passiva, o agressor que praticou a ação. É importante

frisar que, nessa estrutura sintática, ocorre a mudança de perspectiva em relação ao ser que pratica a ação. Há uma ênfase na vítima da violência doméstica em primeiro plano e uma estratégia que atenua a agressão ao retirar o foco do agressor.

Os verbos “espancada, esfaqueada, baleada, assassinada” sinalizam a relação de dois participantes semânticos que são entidades humanas, definidas, concretas e, portanto, envolvidos na ação, mas a força argumentativa da construção passiva parece indicar não só a representação linguística do fato, mas a passividade das mulheres que sofreram a violência e não tiveram tempo ou não puderam se defender. Esses verbos são semanticamente distintos, mas ainda assim reforçam a passividade da vítima. No entanto, a escolha de alguns verbos como “agredida ou estuprada”, embora seja linguisticamente representada nas manchetes em estrutura passiva, parece não implicar diretamente a face do agressor.

Em termos de escolhas lexicais, a mulher agredida, na maioria das vezes, é categorizada por sua profissão ao receber destaque no início da sentença. Ao fazer esse tipo de escolha, a manchete coloca em evidência profissões que possuem pouco valor simbólico na sociedade, sendo geralmente associadas a pessoas de baixa escolaridade. Assim, o jornal reforça estereótipos e representa negativamente a mulher, deixando pressupor que somente mulheres menos instruídas ou que ocupam posição de menor prestígio social no mercado de trabalho sofrem agressões ou são mortas por seus companheiros: “Balconista espancada com guarda-chuva” (AT), “Dona de casa é esfaqueada pelo ex (AT), “Cozinheira é agredida após sair de festa” (AT) “Doméstica arrastada pelos cabelos na feira” (AT). Essas escolhas que enfatizam a profissão também são percebidas na construção do perfil dos agressores nas manchetes “Pedreiro confessa que degolou a mulher” (AT), “Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa” (AT).

Há manchetes, correspondentes a um total de 20% de ocorrência, cuja agentividade é de passiva sem agente (S (Paciente) + (auxiliar + particípio) + ∅ (zero/agente da passiva)): “Mulher vai comprar remédio e é agredida” (AG), “Mulher e bebê agredidos” (AG), “Mulher demora fazer almoço e é espancada” (AT). A construção da passiva sem agente reflete de forma considerável para a questão da violência de homens contra mulheres, uma vez que essas construções permitem a topicalização do paciente (no caso, a vítima) e a supressão do agente, dando, portanto, saliência ao ponto de vista que enfatiza a ação criminosa e, ao mesmo tempo, excluindo o elemento agentivo da construção passiva (Givón, 1990), o homem.

Considerando que o ES possui um alto índice de violência doméstica de homens contra mulheres, o apagamento do agressor pode ser facilmente pressuposto mesmo com o seu apagamento. Ao mesmo tempo, apagar o agente “homem” pode reforçar uma representação social estereotipada sobre a mulher em nossa sociedade: “Mulher demora fazer almoço e é espancada” (AT), a motivação da agressão é justificada pelo fato de o almoço não estar pronto no momento certo, ou em “Mulher manda o marido ir embora e é espancada” (AT), cuja motivação para o espancamento reside no fato de a mulher “mandar” o marido embora, ou seja, cataforicamente, o agressor é recuperado, já que a mulher não pode simplesmente mandar o marido sair de casa, atitude inaceitável perante a sociedade e a instituição casamento. Essas construções colocam a mulher em uma situação de inferioridade, de submissão, e reforçam a ideologia machista da sociedade capixaba.

A agentividade a partir da ênfase em instrumento aparece no *corpus* em um total de 5% de ocorrência. Esse tipo de sentença apresenta estrutura de passiva, acrescida do instrumento com que foi praticada a ação (S (paciente) + [auxiliar + particípio] + instrumento + ∞ [agente da passiva]): “Mulher é agredida com garrafa quebrada” (AT). O agente é apagado da manchete e o jornal enfatiza o instrumento utilizado para que o agressor, não identificado, cometesse a violência contra a mulher. Esse apagamento é uma opção para o estilo sintático da construção da manchete, uma vez que ela aceita a introdução de um agente da passiva (Mulher é agredida com garrafa quebrada pelo marido).

A estrutura de passiva adjetiva com a inclusão do elemento que indica a causa da agressão teve a maior ocorrência, correspondendo a 38% das manchetes. Esse tipo de sentença apresenta estrutura de passiva adjetiva, acrescida da característica atribuída à causa da agressão (S (paciente) + [auxiliar + particípio/adjetivo] + causa): “Jovem é preso por deixar ex-namorada paraplégica”, “Motorista é detido por estuprar ex-mulher” (AG), “Pedreiro é preso por agredir mulher e filha” (AT), “Domador de cavalos é preso por matar duas mulheres” (AT).

Os casos de passiva adjetiva + elemento temporal corresponderam a 6% do *corpus* (S (paciente) + [auxiliar + particípio/adjetivo] + tempo): “Três mulheres são agredidas por dia” (AT). No caso das estruturas com passiva adjetiva + modo, encontramos ocorrência correspondente a 4% do nosso *corpus* (S (paciente) + [auxiliar + particípio/adjetivo] + modo): “Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho”, “Cabeleireira é assassinada a tiro” (AT), “Estilista é morta a tiro” (AT).

Os casos de passiva adjetiva + locativo corresponderam a um total de 11% do *corpus* (S (paciente) + [auxiliar + particípio/adjetivo] + local): “Mulher é trancada por dois anos em casa” (AG), “Mulher é agredida em festa” (AG). Os casos de passiva adjetiva com inclusão do elemento locativo demonstraram que a estrutura aceita verbo auxiliar + particípio e, em sua maioria, o agente da ação agressora é suprimido do título da notícia.

Há, ainda, no *corpus* em análise, as estruturas sem marca de passiva, mas que dão ideia de passivização. Nos casos de passivização, alguns verbos transitivos não ocorrem nas construções passivas, porque o termo “construção passiva” remete a algumas propriedades formais que tais verbos assumem. Como exemplo, os verbos “levar”, “surrar”, “receber” “apanhar”: “Ex-mulher leva soco de mecânico” (AG), “Grávida leva surra do marido por causa de 10 reais” (AG), “Vendedora grávida recebe 600 ligações com ameaças” (AG), “Estudante apanha de vassoura do namorado” (AT). Nesses casos, encontramos uma estrutura que não é de passiva, mas transmite a ideia de passivização.

Tomazi; Rocha e Ortega (2016, p. 61) demonstraram que determinados verbos, como “apanhar”, e sintagmas, como “levar surra”, são verbos de processo e indicam um acontecer, ou seja, “a característica do sujeito selecionado por essa subclasse de verbo é ser afetado física ou psicologicamente, codificado semanticamente como paciente ou experimentador.”

A passivização concentra a atenção do leitor em certos temas que são topicalizados em prejuízo de outros. São estratégias que, segundo Thompson (2011, p. 88), “apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas”. Segundo o autor, esses e outros recursos sintáticos podem servir para estabelecer e sustentar relações de dominação e de poder.

### Considerações finais

As páginas dos jornais que cobrem casos de agressões de homens contra mulheres fornecem visibilidade ao tema e podem, de acordo com a perspectiva adotada na cobertura do caso, contribuir para a construção de uma cultura equitativa de gênero, deslegitimando a violência contra a mulher na sociedade brasileira. Não obstante, o poder dos meios de comunicação funciona não apenas no sentido de alavancar debates importantes para a sociedade, mas também para suprimi-los ou mesmo reforçar crenças sociais. No caso dos jornais analisados, o tema da violência contra a mulher tem pouca noticiabilidade enquanto problema social, aparecendo como conflitos sociais



individualizados e naturalizados. O fenômeno da violência em si é ignorado, marginalizado, estereotipado, minimizado (van Dijk, 2017).

Pode-se concluir, com a análise das manchetes publicadas nos dois jornais capixabas durante o ano de 2013, período em que o estado contabilizava taxa de 9,3% de assassinato de mulheres por homens para cada 100 mil mulheres, que casos de violência contra as mulheres possuem oferecimento de informações com conotação sensacionalistas, espetacularizadas e meramente policiaescas. Da análise empreendida, conclui-se que:

1. A mulher é colocada como tópico do título, evidenciando suas ações como se fossem motivações para os casos de agressão, de morte, de assassinato;

2. O agressor tende a ser apagado do título ou sua ação minimizada dada a posição periférica que ocupa na estrutura da sentença;

3. O agressor é identificado, mas o título ressalta as ações da mulher como responsável pelo acontecimento;

4. A mulher é nomeada por escolhas lexicais que retomam sua profissão ou sua classe social, geralmente, atribuindo a ela uma visão desvalorizada sobre sua profissão ou mesmo pelo seu lugar na sociedade como “mulher de alguém”, sendo, portanto, uma propriedade do outro;

Não existe, pelo menos nas escolhas das estruturas das manchetes, uma preocupação engajada com a perspectiva de gênero como consciência social e com a importância e a magnitude desse problema para o estado do Espírito Santo e para as mulheres de modo geral. Há, ainda, um interesse na venda da notícia como mercadoria, mas não no papel que a instituição jornalística tem de formação da cultura e da consciência social do cidadão.

Para promover uma conscientização social e coletiva sobre a erradicação da violência de homens contra mulheres, a *agenda-setting* dos jornais capixabas, já a partir da construção estrutural das manchetes, deveria: a) não justificar ou explicar a agressão por meio de informações sobre modo, causa, local, instrumento, entre outros; b) não fazer uso de escolhas lexicais que apontam para estereótipos de gênero; c) topicalizar o agressor como agente da agressão e não apagá-lo ou diminuí-lo da estrutura da manchete; d) não identificar a mulher a partir de sua profissão; e) não colocar a mulher como tópico da manchete; f) não usar a passivização; g) não categorizar a mulher como pertencente ao homem.

Entendemos que os dois jornais analisados são importantes meios de comunicação para visibilidade, denúncias, conscientização da sociedade, cobrança de políticas públicas, mas seria preciso uma mudança de mentalidade dos próprios jornalistas, aderindo a uma abordagem mais engajada na

perspectiva de igualdade e direitos de gêneros, diminuindo a ênfase na narrativa policiaesca com seus detalhes mórbidos e empreendendo maior visibilidade cultural e social ao tema da violência contra a mulher.

## Notas

<sup>1</sup> A noção de *agenda-setting* surgiu a partir da pesquisa desenvolvida por dois americanos e publicada em 1972, embora a origem do nome seja de 1922, na obra *Public Opinion*, de Walter Lippman. O termo se refere ao poder que a mídia exerce sobre a opinião pública, definindo e selecionando os acontecimentos que serão divulgados, falados e discutidos pelo público. Trata-se, portanto, do exercício de poder da mídia ao selecionar os temas sobre os quais dá prioridade, exercendo efeitos sociais previamente selecionados.

<sup>2</sup> Esse avanço, no Brasil, é apontado no Relatório do Instituto Patrícia Galvão (Araújo, L; Sanematsu, M., 2020).

<sup>3</sup> Neste artigo, não faremos distinção no uso dos termos “título” e “manchete” das notícias.

<sup>4</sup> As manchetes foram coletadas por Natale (2015) e pertencem ao acervo de notícias sobre violência contra mulheres na mídia capixaba do Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (GEDIM).

<sup>5</sup> Em alguns trabalhos mais recentes já demonstramos que as manchetes ainda são construídas com estruturas discursivas e estratégias linguísticas muito próximas do que encontramos em 2013: “Ajudante de cozinha leva tiro na cabeça” (AT, 2014); “Alpinista Francês Esfaqueia a ex” (AT, 2014); “Cabeleireira é feita refém pelo ex-marido” (AT, 2014); “Estudante é espancada pelo ex com capacete” (AT, 2014); “Mulher é morta pelo ex com 3 tiros no meio da rua” (AG, 2014); “Mulher é morta a facadas pelo ex-marido na frente de bebê” (AG, 2014); “Mulher é assassinada a facadas pelo ex” (AG, 2014); “Mulher trai marido e é morta a pauladas” (AG, 2014); “Adolescente é estrangulada dentro de casa em Vitória” (AT, 2015); “Advogada é espancada em Jardim Camburi” (AT, 2015); “Babá é estuprada pelo ex-marido” (AT, 2015); “Espancada e assaltada pelo ex” (AT, 2015); “Ex-marido bate em bióloga e na ex-sogra na Serra” (AT, 2015); “Grávida é agredida pelo ex” (AT, 2015); “Marido ameaça por fogo na mulher” (AT, 2015); “Marido vê whatsapp e dá surra em garota” (AT, 2015); “Açougueiro mata ex a facada por ciúmes” (AT,2016); “Cabeleireira é morta a tiros em Cachoeiro” (AT, 2016); Esfaqueada pelo ex na frente do filho” (AT, 2016); “Estudante é morta com 14 tiros” (AT, 2016); “Marido arrasta mulher grávida pelos cabelos” (AT, 2016); “Advogada é sequestrada e assassinada pelo ex-noivo” (AT, 2017); “Gari é encontrada morta” (AT, 2017), “Apunhalada duas vezes pelo marido” (AG, 2017); “Marido ameaçou médica de morte (AT, 2017); “Universitária morta pelo ex por se recusar a dar dinheiro” (AT, 2017). “Cantora denuncia marido por agressão” (AG, 2018), “Ex-marido ateia fogo em diarista na frente do filho na Serra” (AG, 2018); “Mulher é assassinada a tiro no interior de Linhares” (AG, 2018); “Operário espanca a mulher” (AG, 2018). (Tomazi, 2019; Demoner: Tomazi, 2017).

<sup>6</sup> Hall (1997, p. 258) define estereótipo como um conjunto de práticas representacionais que configuram as pessoas por poucas características, reduzindo, essencializando e fixando as diferenças, sendo, portanto, uma estratégia de divisão em que o que não se encaixa como normal para os grupos dominantes é tido como anormal e sujeito à exclusão.

<sup>7</sup> Nessa perspectiva, o comentário de uma frase ou proposição é a parte que não constitui o tópico.

<sup>8</sup> Assim como também propõem os linguistas baseados no uso, para quem a caracterização completa de qualquer construção linguística deve se valer de propriedades de forma (fonologia, morfologia e sintaxe) e significado (semântica, pragmática e propriedades textual-discursivas).

<sup>9</sup> Importante dizer que não estamos defendendo um ou outro modelo de gramática, mas trazendo contribuições que julgamos relevantes para o estudo que pretendemos desenvolver das manchetes.

<sup>10</sup> Embora a análise possa ser controversa, assumimos aqui que o sujeito tem o papel semântico de Alvo/Meta, e não de paciente. Defendemos que existe nesse tipo de construção um afetamento psicológico, motivado pelas ameaças que são dirigidas à mulher em situação de violência.

## Referências

- Araújo, L; Sanematsu, M. (coord.) (2020).** *Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual.* Instituto Patrícia Galvão.
- Blasco, M. (1987).** *Description de l'utilisation du passif dans un corpus de langue parlé.* Aix-en-Provence: Université D' Aix-Merseille, Mémoire en Linguistique Française.
- Brasil. (2006).** *Lei n. 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 8 ago. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em 20 de junho de 2019.
- Brasil. (2015).** *Lei nº 13.104*, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, 15 mar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm). Acesso em 19 março de 2019.
- Bechara, E. (2009).** *Moderna Gramática portuguesa.* 37a. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Camacho, R. G. (2000).** Construções passiva e impessoal: distinções funcionais. In.: *Alfa – Revista de Linguística*, v.44, São Paulo: UNESP, p. 215-233.
- Clark, K. (1992).** The linguistics of blame: representation of women in The Sun's reporting of crimes of sexual violence. In: TOOLAN, M. (ed.), *Language, text and context: essays in Stylistics*. London: Routledge, p. 208-224.
- Castilho, A T. (2010).** *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Demoner, T.; Tomazi, M. (2017).** A violência contra mulher no cenário jornalístico: análise discursiva de notícias. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero[recurso eletrônico] : 13th. Women's Worlds Congress. Florianópolis: UFSC, v. 1. p. 1-12.
- Dik, S. C. (1997).** *The theory of functional grammar*. 2 ed. Revisada. Berlim: New York: Mouton de Gruyter.
- Givón, T. (1990).** *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam/Philadelphin: John Benjamins.
- Givón, T. (2012).** *A compreensão da gramática*. Trad. Maria Angélica F. da Cunha, Mário E. Martelotta, Filipe Albani. São Paulo: Cortez; Natal, RN: EDUFRN.
- Hall, S. et all. (2016).** A produção social das notícias: o mugging nos media. In.: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Florianópolis: Insular, p. 309 – 344.
- Hall, S. (1997).** The spectacle of the 'other'. In: Hall, S. (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage.
- Henley, N. M.; Miller, M.; Beazley, J. A. (1995).** Syntax, semantics, and sexual violence: agency and the passive voice. *Journal of Language and Social Psychology* 14, p. 60-84.
- Ipea. (2019).** *Atlas da Violência 2019*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea.
- Nader, B. (2016).** Gênero e mídia: perspectivas históricas, sociais e políticas. In.: Tomazi, M. M.; Rocha, L. H. P.; Pompeu, J. C. (Orgs.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota Editora, p. 97-101.
- Natale, R. (2015).** A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo. 175p. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo.
- Neves, M. H. de M. (2006).** *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto.

- Mira Mateus et all. (2003).** Gramática da Língua Portuguesa. Caminho: Lisboa.
- Saffioti, H. (2015).** Gênero, patriarcado, violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Sanematsu, M. (2011).** Análise da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. In.: Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília, ANDI; Instituto Patrícia Galvão, 2011, p. 55-103.
- Tomazi, M. M.; Rocha, L. H. P.; Ortega, J. C. (2016).** Violência machista em manchetes jornalísticas. In.: Tomazi, M. M.; Rocha, L. H. P.; Pompeu, J. C. (Orgs.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota Editora, p. 43-64.
- Tomazi, M. M. (2019).** Desconstrução de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. *Revista Interdisciplinar*. São Cristovão, v. 31, p. 197-219.
- Traquina, N. (2016).** As notícias. In.: Traquina, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Florianópolis: Insular, p. 233-246.
- Traugott, E; Trousdale, G. (2013).** *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: OUP.
- Thompson, J. (2011).** *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9.ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Van Dijk, T. A. (1987).** *Communicating Racism: ethnic prejudice in thought and talk*. California: Sage Publications.
- Van Dijk T. A. (1990).** *La noticia como discurso*. Comprensión, estrutura y producción de la información. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Van Dijk, T. A. (1991).** *Racism and the Press*. London: Routledge.
- Van Dijk, T. A. (2012).** *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. A. (2017).** *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Portugal: Humus.
- Waiselfisz, J. J. (2015).** *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres*. Brasília, DF: Unesco. Disponível em [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br) Acesso em 23 de set. de 2019.
- Waiselfisz, J. J. (2012).** *Mapa da violência 2012. Caderno complementar: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF. Disponível em <https://mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php#mulheres> Acesso em 23 de set. de 2019.

## Nota biográfica



**Micheline Mattedi Tomazi** é professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (DLL/PPGEL/UFES). É mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e doutora em Linguística pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou seu primeiro pós-doutoramento em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2014, e seu segundo estágio pós-doutoral na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, na Espanha. Coordena o Grupo de Estudos em Discursos da Mídia (GEDIM/UFES), é pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso GEAD/UFMG), do Grupo de Pesquisa em Análise Textual do Discurso (ATD/UFRN), e membro do GT de Linguística Textual e Análise da Conversação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), associada da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (Aled), atuando como delegada no biênio 2020-2021. Atua na área de Texto e Discurso com pesquisas voltadas, em especial, para estratégias linguísticas e estruturas discursivas com base na perspectiva sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso. Suas produções recentes têm envolvido os seguintes temas: violência contra mulheres, ideologia e poder na mídia jornalística, discurso jurídico sobre violência contra mulheres, violência de gênero, conflitos sociais e manifestações. CV:<http://lattes.cnpq.br/4783716565631781>

E-mail: [michelinetomazi@gmail.com](mailto:michelinetomazi@gmail.com)